



AMPARAR E ORIENTAR: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO SÍMBOLO DAS APAES

Lucas Franco Gonçalves¹
Rafaela Viana Silva²
Sheila Cristina Ferreira³
Ricardo Luiz Alves Pimenta⁴

RESUMO

Este artigo revisitou o significado do símbolo das Apaes. Para isso, utilizou-se de uma leitura psicanalítica, articulando-a com os conceitos de autogestão e de autodefesa na prática institucional e familiar, junto à pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla. Caracterizou-se a missão, a filosofia e o público-alvo de uma Apae. Definiu-se o conceito de deficiência intelectual e múltipla e as suas áreas de apoio, de acordo com a AADID. Utilizou-se os métodos de revisão bibliográfica e o relato de experiência de estágio curricular em psicologia da Faculdade UNA/Divinópolis. O estágio se realizou no ano de 2018, na Apae de Divinópolis/MG, junto às pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla, extensivo às famílias. O artigo confirmou a importância do resgate do símbolo das Apaes para uma reflexão crítica e atual, no que tange ao desafio de atuar entre a mão que ampara e a mão que orienta, no trabalho desenvolvido junto aos adultos com deficiência intelectual e múltipla e a importância da atividade realizada com as famílias.

Palavras-chave: APAE. Deficiência Intelectual e Múltipla. Autogestão. Autodefesa. Psicanálise.

ABSTRACT

This article investigated the meaning of the symbol of APAES. For that, we used psicanalytic reading, articulating it with the concepts of self management and self-defense in institutions and in family, along with the adult with multiple and intellectual deficiency. We characterized the mission, the philosophy and the target public of an APAE. We defined the concept of multiple and intellectual deficiency and its areas, according to the AADID. The methods we used were bibliographical review and report of experience in the internship in psychology of UNA/Divinópolis. The internship was in 2018, in APAE of Divinópolis/MG, with adults with multiple and intellectual deficiency. The article confirmed the importance of the rescue of the symbol of the APAES to

¹ Discente do 10º Período do Curso de Psicologia da Faculdade UNA Divinópolis/MG. E-mail: lucasfg79@gmail.com

² Discente do 10º Período do Curso de Psicologia da Faculdade UNA Divinópolis/MG. E-mail: silva.vrafaela@gmail.com

³ Discente do 10º Período do Curso de Psicologia da Faculdade UNA Divinópolis/MG. E-mail: sheilasfferreira@hotmail.com

⁴ Psicólogo. Psicanalista. Especialista em Saúde Mental. Mestre em Psicologia/Estudos Psicanalíticos - PUC Minas. Professor do Curso de Psicologia da Faculdade UNA Divinópolis/MG. Membro Fundador do GEP - Grupo de Estudos em Psicanálise - Itaúna/MG (2013-Atual). Membro Fundador e Colaborador da Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual do CRP/MG – Subsede Centro-Oeste (2017-Atual). E-mail: pimentapsi@yahoo.com.br



seriously reflect in the work developed with the adults with multiple and intellectual deficiency, in relation to the challenge of acting between the hand that sustains and the hand that orients.

Keywords: APAE. Multiple and Intellectual Deficiency. Self management. Self-defense. Psicanalysis.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a vivência da vida adulta e o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, é uma discussão contemporânea de grande importância. Pletsch (2006) ressalta que o envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual é um fenômeno recente na história brasileira, pois a expectativa de vida dessa população sempre foi muito curta.

Entretanto, a Rede Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - tem vivenciado, nos últimos anos, o desafio de aprofundar o conhecimento diante de um novo cenário que se apresenta: as Apaes têm entre os seus usuários e educandos pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que vivenciam a fase adulta, como também algumas que vivenciam o processo de envelhecimento. Pimenta (2011) destaca que esse cenário tem trazido às Apaes a necessidade de pesquisas que abordem a fase adulta da pessoa com deficiência intelectual e múltipla e os desafios do processo de envelhecimento, que coincide com o envelhecimento dos seus familiares. Por consequência, isso demanda novas metodologias, práticas e programas que atendam essas fases do desenvolvimento, exigindo também nova abordagem aos familiares dessas pessoas.

Todavia, viver mais não significa necessariamente viver melhor. Identifica-se muitas vezes situações nas quais as pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla são abordadas de maneira infantil - sem a promoção da sua autonomia e independência - o que reforça o não protagonismo dessas pessoas em dimensões diversas das suas vidas.

Por esse motivo, o referido estudo se encaminhou no intuito de refletir, por uma leitura psicanalítica, sobre os desafios de atuar entre a mão que ampara e a mão que orienta, senão corre-se o risco de infantilizar a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla. Dessa forma, este artigo fez menção à Simbologia das Apaes, que traz a figura da flor margarida, com pétalas brancas, no centro amarelo-ouro, com pedúnculo e duas folhas verdes, contornada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra em posição de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo vinte e duas folhas. Destaca-se que a simbologia das Apaes será elucidada na primeira seção desta pesquisa, quando da descrição da história do



Movimento Apaeano, bem como transcorrerá como ponto de apoio para as reflexões no decurso deste trabalho e nas suas considerações finais.

Ressalta-se que recorrer ao Símbolo das Apaes apontou para a necessidade de revisitar os conceitos de autogestão e autodefesa, a fim de problematizá-los no trato junto à pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla, foco desta pesquisa.

De fato, o amparo e a orientação são de grande importância para o desenvolvimento permanente da pessoa com deficiência intelectual e múltipla em todo seu ciclo de vida. Todavia, como a vivência da fase adulta e do processo de envelhecimento é um fenômeno recente no nosso país, bem como na história do Movimento Apaeano, torna-se necessário evidenciar a importância da prática contínua da autogestão e da autodefesa - com atividades e metodologias próprias para esse recorte do desenvolvimento - a fase adulta. Ao contrário, corre-se o risco de empobrecer a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla nos seus diferentes níveis de autonomias e independências, sejam elas, sociais, pessoais, políticas e familiares.

Assim, acredita-se na relevância de se promover o desenvolvimento do indivíduo, para que possa ter conhecimento e ação sobre a sua autogestão e autodefesa, a fim de instruí-lo na sua forma de participação social e no seu exercício de cidadania. Considera-se, ainda, que pelo intermédio de uma leitura psicanalítica, torna-se possível apontar o desafio de atuar entre a mão que ampara e a mão que orienta. Entende-se que no furor de amparar e de orientar se pode, sutilmente, camuflar a subjetividade, tendo como consequência adultos infantilizados e empobrecidos na sua subjetividade, portanto, sem voz e vez para se posicionar nos diferentes modos de exercer suas autonomias e independências.

Para a confecção deste trabalho, utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica, bem como se usou relato de experiência de estágio curricular em psicologia, junto às pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla. Destaca-se que foram utilizadas bibliografias físicas e virtuais, sobretudo no que tange às Apaes, no intuito de conhecer e transmitir suas ferramentas, sites, homepages e links de pesquisas.

Contudo, no intuito de cumprir a proposta deste artigo, ele foi estruturado por cinco seções que trazem objetivos específicos nas suas nomeações. A primeira seção teve o objetivo de caracterizar o que é uma Apae, sua filosofia, sua história, sua missão e seu público-alvo, destacando seu Símbolo (nacionalmente e internacionalmente reconhecido), que rege seus princípios e valores. Na segunda seção, buscou-se conceituar, de maneira objetiva, a deficiência intelectual e múltipla,



de acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID). Na terceira seção, balizou-se os conceitos de autogestão e autodefesa, para que, dessa forma, fossem compreendidas as reais possibilidades de autonomia e independência em que a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla possa alcançar a partir de suas particularidades, seção essa que contribuiu na articulação de uma leitura psicanalítica. A quarta seção conta com o relato de experiência de discentes e estagiários da Faculdade Divinópolis/FACED, hoje reconhecida como Faculdade UNA Divinópolis/MG. A experiência do estágio ocorreu no ano de 2018 na Apae de Divinópolis, no Estado de Minas Gerais e aconteceu por duas modalidades.

No 1º semestre de 2018, realizou-se a atividade Grupo Operativo com usuários adultos das Oficinas de Convivência, do eixo da assistência social, com faixa etária entre dezoito e sessenta e três anos. No 2º semestre de 2018, realizou-se a atividade Oficina Terapêutica com os familiares dos usuários adultos do Centro Dia e das Oficinas de Convivência. É importante ressaltar que as duas experiências de estágio foram registradas por artigos acadêmicos⁵, apresentados à Instituição, que autorizou a utilização do material para fins de produção de artigos científicos, relatos de experiências, mostras de psicologia, a fim de fomentar e incentivar a pesquisa. Por fim, encerrou-se com a quinta seção, que trouxe algumas considerações da psicanálise, no que tange o desafio de atuar entre a mão que ampara e a mão que orienta junto às pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla possuidoras de desejos, medos e sonhos, como todas as outras pessoas.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1 Apae: história, filosofia e missão

Pretende-se nessa seção caracterizar o que é uma APAE, apresentando a sua história, seu desenvolvimento, sua filosofia e público alvo, evidenciando o seu Símbolo, que traz em seu significado seus princípios e valores.

⁵ Produção do Artigo “As expressões artísticas do ser”. Artigo apresentado à Apae de Divinópolis/MG em 08/07/2018. Ver Anexo 1

Produção do Artigo “Autorretrato: de uma folha em branco à uma tela pintada”. Artigo apresentado à Apae de Divinópolis/MG em 06/12/2018. Ver Anexo 2.



A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) começa a surgir com a finalidade de ofertar às pessoas com deficiência a garantia e a defesa dos seus direitos, assim como a inclusão social. Isso se deve aos percalços históricos que a pessoa com deficiência enfrentou como preconceito e discriminação e, assim, luta cotidianamente para a sustentação e continuidade do seu fazer social, seu direito à autonomia e cidadania. No site da Apae Brasil, no link intitulado “Movimento Apaeano: a maior rede de atenção à pessoa com deficiência”, encontra-se a seguinte alusão:

As raízes históricas e culturais do fenômeno "deficiência" sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito. E, diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantam a inclusão dessas pessoas, surgem famílias empenhadas em quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiência intelectual ou múltipla alcancem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão. (APAE, 2019)

A Apae nasceu em 1954, na cidade do Rio de Janeiro e logo se tornou um dos movimentos sociais mais reconhecidos do país. Seu principal objetivo é ofertar de forma integrada, ou seja, nos âmbitos da educação, saúde e assistência social, serviços às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, buscando a promoção e a defesa dos direitos e cidadania. Atualmente, são mais de 350 mil pessoas com deficiência beneficiadas com os serviços, em aproximadamente 2000 Apaes distribuídas em todo território nacional.

A Apae pertence à organização do terceiro setor, isso significa que existem recursos híbridos (financiados pelos recursos públicos e privados), a existência de gestão própria e independente, como também a existência de trabalhos voluntários, caracterizando-a como uma entidade sem fins lucrativos e filantrópica. A Cartilha “Estratégia da Rede APAE”, da Federação Nacional da Apaes (FENAPAES, 2011), destaca que uma das características das organizações do terceiro setor é o trabalho motivado por um ideal, compartilhado por todos os seus membros.

Outro aspecto desse modelo de organização é o que preza “pela informalidade, praticamente sem normas e sem procedimentos escritos, o que as torna ágeis, mas dificulta sua gestão por falta de definição clara das funções” (FENAPAES, 2011, p. 19). Já a visão estratégica da Apae carrega, nas suas premissas, a participação ativa dos pais para decisões - pela composição e participação efetiva na diretoria - assim como o respeito pela cultura existente na associação e na busca pela conservação da construção de movimento social sem fins lucrativos.



Atualmente, a Rede Apae dispõe sua atuação priorizando a pessoa com deficiência intelectual e múltipla que necessita de apoio contínuo e pervasivo e apoio aos familiares, bem como promove visibilidade e reconhecimento desse público, diante dos olhares da comunidade que está inserida. Toda sua estrutura física e institucional tem como base os pilares que detêm o caráter assistencial, educacional e de saúde, nos seus desdobramentos culturais, de estudo e pesquisa, desportivo, dentre outros aspectos. Assim, a atuação da APAE preconiza a prestação de serviços, incluindo o apoio às famílias e a busca pela defesa de direitos para a pessoa com deficiência intelectual e múltipla e seu ciclo de vida, que, muitas vezes, são destituídos de voz pela própria família e pela sociedade.

O foco de atuação gera um movimento que vai muito além da Apae. É um movimento que encontra morada na mente de muitas pessoas e ecoa nas ideias de homens e mulheres que tomam a frente e possibilitando que a engrenagem gire, fazendo todo o potencial da Apae se tornar uma realidade e um porto para as pessoas com deficiência e aqueles que estão ao seu redor.

A história nos mostra que os amigos e os familiares vinculados à causa ergueram espadas de ideologia e escudos de resistência para buscarem uma maneira de incluir pessoas que há muito tempo, culturalmente, são excluídas por serem deficientes. Foi a partir dessas ideias e inquietações que se criou a Federação de Apaes, de instância nacional, fundada em 10 de novembro de 1962. A Federação é uma sociedade civil e filantrópica, que nacionalmente congrega as Apaes e tem como missão, promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, almejando a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária. De acordo com o site Apae Brasil, no link “Movimento Apaeano: a maior rede de atenção à pessoa com deficiência” encontra-se a seguinte definição:

A FENAPAES - Federação Nacional das APAES é uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social; de caráter cultural, assistencial e educacional, que congrega como filiadas, atualmente 2.178 Apaes e entidades filiadas. [...] tendo como missão institucional promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o Movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários. (APAE, 2019)



Assim se caracteriza o Movimento Apaeano: uma grande rede, constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras - públicas e privadas - para a promoção e defesa dos direitos de cidadania e desenvolvimento integral da pessoa com deficiência e a sua inclusão social.

Vale ressaltar que a Federação Nacional das Apaes (FENAPAES), orienta a Federação das APAES dos Estados do Brasil (FEAPAES), a fim de direcionar as ações, pesquisas e programas destinados às 24 Federações distribuídas nos Estados, com vistas a sustentar sua filosofia, sua missão e seu público-alvo.

Em 11 de setembro de 1992, quando já se contava com aproximadamente 130 APAES distribuídas por todo Estado Mineiro, foi fundada a Federação das APAES do Estado de Minas Gerais (FEAPAES/MG). Essa, orienta suas filiadas, que hoje se aproximam de 450 Apaes⁶, por 36 Conselhos Regionais no seu território mineiro. Todas, independente do Estado, coadunam com a missão de promover uma sociedade mais justa e solidária junto à pessoa com deficiência, intelectual e múltipla, e o apoio às suas famílias.

A partir das significativas considerações da FENAPAES (2019), algumas inquietações foram produzidas nos autores deste artigo. Frente ao posicionamento de criar uma sociedade justa e solidária, indaga-se: será que existe uma forma de construir “essa sociedade” para “essas pessoas”? Percebe-se que, ainda hoje, muitas pessoas carregam um olhar de preconceito para o adulto com deficiência intelectual e múltipla, dificultando a construção da sua subjetividade. Como agir diante de situações que exigem posicionamentos de promoção da autogestão e da autodefesa, sem projetar nossos próprios conflitos e desejos? Afinal, o que é ser solidário com as pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla? Este estudo aposta numa direção: a promoção das capacidades dessas pessoas – considerando suas limitações – contribuindo para novas práticas, que favoreçam a expressão das suas subjetividades. Como fazer produzir solidariedade entre a mão que ampara e a mão que orienta? Essas questões fazem uma alusão à Simbologia das Apaes.

De acordo com o site Apae Brasil, no link “A marca do Movimento Apaeano”, atestou-se que “a Marca Apae foi criada em 1961, pelo Sr. Roland Humberto de Matos, Diretor de Arte e Criação de uma das maiores agências de publicidade do mundo, a McCANN-Erickson, que possui sede em São Paulo – SP” (APAE, 2019). Desde então, a Apae adota como Símbolo a figura da flor margarida, com pétalas brancas, centro amarelo-ouro, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor branca, desniveladas, uma em posição de amparo e a

⁶ Informações atualizadas em: <https://apaemg.org.br/page/historico-14367>



outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo vinte e duas folhas.

Figura 1: Logo da Apae



Fonte: FENAPAES (2010)

A flor, frágil que é, simboliza o aluno da APAE, as mãos, fortes e bem colocadas, são o apoio entre os integrantes e os louros, a recompensa pelas lutas, resultado dos esforços, a conquista da vitória⁷.

Ressalta-se que desde a data de 1961 não houve uma mudança na marca das Apaes e que todos os elementos originais foram preservados. De acordo com o site Apae Brasil, no link “A marca do Movimento Apaeano”, houve apenas uma atualização de traços e de cores. Tais atualizações se fazem necessárias, uma vez que, “todo e qualquer ser humano, precisa fazer em sua vida, trazendo novos conceitos, novas roupagens e com isso, crescendo em entendimento e abrindo novos horizontes” (APAE, 2019).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Qualibest em 2006, a pedido da Federação Nacional das Apaes, mostrou que a Apae é conhecida por 87% dos entrevistados e tida como confiável por 93% deles. São resultados expressivos e que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. (APAE Brasil, 2019)

A Federação Nacional das Apaes (FENAPAES), como detentora dos direitos de uso da logomarca e entidade representativa que norteia as ações do Movimento Apaeano, entendeu que foi necessária e urgente a criação de um manual⁸, que fornecesse às entidades filiadas e também aos

⁷ Texto retirado do Facebook da APAE de Mariana, Minas Gerais. (Disponível em: <https://www.facebook.com/apaedemariana/photos/curiosidade-sobre-o-s%C3%ADmbolo-das-apaeso-nome-escolhido-para-a-primeira-entidade-a/1858807544247613/>. Acesso em: dia mês abreviado ano.

⁸ Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/pagina/download-da-marca>



meios de comunicação, as regras de uso e aplicação que respeitem a identidade visual da Rede. Pretendeu-se, com isso, padronizar a aplicação da logomarca em todo o país, para obter uma unidade visual cada vez mais forte e integrada.

Sabe-se que o significado do símbolo representa uma base forte de amparo e proteção aos usuários e familiares. Destaca-se que, segundo o Dicionário InFormal Online (2019), a palavra amparo significa dar apoio a alguém, ajudar, proteger e sustentar. Já a palavra orientação, tem como significado, indicar a alguém alguma direção a ser seguida; acompanhar e informar. Entretanto, temos o desafio de discernir o que é da ordem da promoção da autonomia e o que é da ordem do assistencialismo. Sem dúvidas, é preciso amparar e orientar, seja na instituição, na família ou na comunidade, para então as pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla se sentirem pertencentes a elas mesmas e à sociedade. Ao mesmo tempo, torna-se necessário reavaliar continuamente a postura e o trato junto às pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla, nas suas habilidades que envolvam a autogestão e a autodefesa para que tenham uma vida com todos os seus direitos e deveres, a partir das suas condições e particularidades.

1.2 Deficiência intelectual e múltipla: conceituação de acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID)

Esta seção pretende abordar o conceito de deficiência intelectual e múltipla, segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento - AADID⁹. Por essa Associação, objetiva-se caracterizar a deficiência intelectual associada à deficiência múltipla, destacando-se a importância da avaliação multidimensional para o estabelecimento desse diagnóstico e a relevância das áreas de apoio.

A FEAPAES (2014), em um dos seus Cursos EAD, oferecido pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – UNIAPAE/MG Darci Barbosa, no Curso Intitulado “Concepção de deficiência intelectual” informa que a AADID é sediada em Washington-EUA e foi fundada em 1876. A Associação se dedica ao estudo da deficiência intelectual, na formulação de definições, orientações

⁹ American Association on Intellectual and Developmental Disabilities - AAIDD (nome adotado desde 2007). Antes conhecida como American Association on Mental Retardation_AAMR. A designação atual, que pode ser traduzida por Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento ou Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento, diz respeito à DI e deficiências do desenvolvimento relacionadas (DI/DD). Fonte: <http://www.aaid.org/>



e sistemas de classificação na área. “Suas produções são divulgadas, dentre outras, em revistas científicas próprias e mediante a publicação de manuais sucessivos, sendo o primeiro editado em 1921 e o mais recente em 2010” (FEAPAES, 2014, p. 03).

Segundo o Manual mais recente publicado pela AADID (2010), é considerado que o indivíduo possui deficiência intelectual quando apresenta limitação significativa no seu comportamento adaptativo e no seu funcionamento intelectual antes dos 18 anos de idade. Pelo enfoque ecológico, a AADID (2010) caracteriza um modelo conceitual de funcionamento humano, ao qual classifica em cinco dimensões e considera que está vinculado ao provimento de apoios individuais. Dessa forma, os funcionamentos intelectual e adaptativo são agregados às influências ambientais, resultando em um fenômeno desenvolvimental.

As cinco dimensões do funcionamento humano consideradas pela AADID (2010) são: habilidades intelectuais, comportamento adaptativo, participação, saúde e contexto. As habilidades intelectuais se referem ao que é considerado um comportamento inteligente. Nesse aspecto, são avaliados comportamentos individuais como comportamento adaptativo, saúde física e mental e a participação do indivíduo em atividades que sejam relevantes nos seus contextos de convivência, refletindo sua capacidade de compreender o ambiente e reagir a ele de forma adequada.

O comportamento adaptativo reúne três habilidades que, juntas são o que capacitam o indivíduo para que ele possa atuar efetivamente no seu cotidiano e responder às demandas do ambiente. São elas: as habilidades conceituais, referentes à linguagem, à leitura e escrita, entre outras.

As habilidades sociais, que se referem às relações interpessoais, ao cumprimento de regras e normas e as habilidades práticas, dizem respeito às atividades de vida diária e ao uso de recursos comunitários.

Já a participação se refere aos papéis que a pessoa irá desempenhar em diferentes contextos, sendo consideradas suas interações na sua vida social e comunitária.

A saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (1993), diz respeito ao estado físico, mental e social, pois o estado de saúde em que a pessoa se encontra pode afetar seu funcionamento em todos os aspectos de sua vida.

O contexto se remete aos fatores ambientais de natureza física e social do indivíduo. Destaca-se que o impacto das influências atitudinais e fatores pessoais é considerável na constituição da pessoa e no seu funcionamento.



Dessa forma, é levantada a necessidade de estimulações advindas externamente e, por isso, a grande importância da atuação dos sistemas de apoio. A AADID (2014, p. 10) considera como apoio “o conjunto de recursos e estratégias – incluindo indivíduos, agências, tecnologias assistivas, ambientes, fundos e ativos – que capacitam as pessoas com deficiências desenvolvimentais a viver na comunidade.”

A Associação destaca, ainda, que tais apoios podem ser propiciados por familiares, amigos, profissionais de diferentes áreas, agências e serviços de atendimento, dentre outros setores. Esses apoios disponibilizados de modo adequado e pelo tempo suficiente são capazes de melhorarem a vida funcional de uma pessoa com deficiência intelectual e contribuir para a sua inclusão nos vários contextos e aspectos da vida.

Dessa forma, os apoios podem favorecer não só na aprendizagem, mas também no desenvolvimento integral da pessoa com deficiência, aprofundando em aspectos como a independência, o estabelecimento de relações sociais, comportamento cooperativo, participação escolar e comunitária e a sua qualidade de vida em geral.

De acordo com a FEAPAES (2014), a AADID passou a classificar a intensidade dos apoios desde “o Sistema 1992, da Associação Americana de Retardo Mental - AAMR, atual AADID, sendo o conceito expandido significativamente no Sistema 2010” (FEAPAES, 2014, p. 10). Levou-se em consideração as condições pessoais, situações de vida, faixa etária e duração dos apoios demandados. Foram estabelecidos os seguintes apoios:

- a) Apoio intermitente, cuja demanda é apresentada pela pessoa de forma episódica e momentânea, ocasional e periódica;
- b) Apoio limitado, que visa o cumprimento de uma meta, aprendizado ou da solução de um problema específico, que envolva a pessoa com deficiência intelectual;
- c) Apoio contínuo (extensivo), que apresenta regularidade no seu serviço, em um ou mais ambientes e não tendo tempo limitado, podendo ser estendido em longo prazo;
- d) Apoio pervasivo, refere-se a um apoio constante aplicado em todos os ambientes e áreas, podendo ser incluídas medidas de manutenção da própria vida. Nesse caso, a pessoa necessita de assistência ampla, em aspectos básicos do seu cotidiano e em diversos ambientes.



É importante destacar que, quando nos referimos às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, foco deste trabalho, estamos nos atentando, na sua maioria, em apoios contínuos e/ou pervasivos. Godói (2006) corrobora, nesse sentido, ao afirmar a importância desses apoios junto às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A autora esclarece que a deficiência múltipla é a associação de duas ou mais deficiências primárias como física, mental, visual ou auditiva, no mesmo indivíduo. Dessa forma, as pessoas com deficiência intelectual e múltipla apresentam comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa, o que, na maioria das vezes, demanda a especificidade dos apoios contínuos e/ou pervasivos. Isso se explica por se tratar de pessoas que, além das suas limitações apresentadas pela deficiência intelectual, necessitam de outros acompanhamentos e tratamentos advindos de outras deficiências ou comorbidades.

A FEAPAES (2014), no Curso Intitulado “Concepção de deficiência intelectual”, relata a importância da avaliação multidimensional, “aplicando-se em diferentes áreas: proteção e segurança; educação e ensino; vida familiar e comunitária; emprego; saúde; comportamento adaptativo; vida social; desenvolvimento humano e autodefesa” (FEAPAES, 2014, p. 03).

A diferença mais relevante observada entre as pessoas com deficiência intelectual e deficiências do desenvolvimento, associadas em relação às demais pessoas da população geral, é a natureza e a extensão/intensidade dos apoios que elas necessitam, para participar plenamente da vida comunitária. (AADID, 2010, p. 110)

Sendo assim, a deficiência intelectual não é somente vista como algo demarcado em um corpo deficitário, tampouco deve ser vista como uma doença. Trata-se de uma limitação de forma mais ampla e, portanto, necessita de apoio para um melhor desenvolvimento nas atividades pessoais, relacionais, funcionais e sociais. Dessa forma, deve ser levado em consideração as limitações da pessoa avaliada e o contexto ao qual está inserida.

Considera-se que a concepção de deficiência intelectual proposta pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID) foi qualificada como uma mudança de paradigma (VERDUGO, 2006), dadas as importantes modificações que ocorreram frente às propostas anteriores. Verdugo (2006) considera que a AADID descartou a concepção estritamente psicométrica e destacou o papel que o ambiente desempenha, sinalizando que a pessoa



com deficiência intelectual deve ser entendida pela interação que estabelece com o ambiente em que vive.

Para isso, a AADID (2010) realiza certas considerações, a fim de orientar o diagnóstico e a avaliação da pessoa com deficiência intelectual:

Para que um processo de avaliação seja considerado válido, deve levar em conta a diversidade cultural e linguística do avaliado, além de suas peculiaridades (e diferenças), nos aspectos comunicativos, sensoriais, motores e comportamentais. Essas premissas indicam que os testes ou instrumentos de avaliação, sejam objetivos ou subjetivos, não podem ignorar os aspectos mencionados, sob pena de terem validade questionada. A identificação de limitações de uma pessoa justifica-se, quando utilizada para indicar os apoios de que necessita, bem como seu provimento. Se assim não for, essa indicação pode resultar apenas em rotulação e exclusão. (AADID, 2010, p. 09)

Eis então o dever dos profissionais das áreas da saúde, da assistência social e da educação: uma equipe que desenvolva uma avaliação na perspectiva multidimensional, promovendo iniciativas que incutam a inclusão social desses indivíduos na sociedade, sem deixar de dar o apoio necessário para que essa inclusão seja fomentada por todos, sobretudo, por eles mesmos. No decurso do processo de avaliação da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, faz-se necessário amparar e orientar, tanto o avaliado quanto a sua família, estando atento ao intervalo, às frestas das mãos desniveladas, como nos indica a simbologia das Apaes, senão corre-se o risco de ofuscar a subjetividade e não traçar os apoios condizentes com o perfil e necessidades da pessoa. Por isso, tem-se importância a autogestão e a autodefesa na vida das pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla, conceitos que serão evidenciados na próxima seção.

1.3 Autogestão e autodefesa: conceitos fundamentais para a promoção da autonomia e da independência da pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla

Diante das contribuições trazidas pelas seções anteriores sobre os feitos e efeitos de uma Apae e a conceituação da deficiência intelectual e múltipla proposta pela AADID, pretende-se nesta seção discorrer sobre os conceitos de autogestão e autodefesa defendidos tanto pelo Movimento Apaeano quanto por familiares e amigos que participam direta ou indiretamente na busca de autonomia e independência da pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla.



Pode-se considerar que o movimento no Brasil denominado como autodefensoria teve início em 1986, no IX Congresso Mundial da Liga Internacional de Associações para Pessoas com Deficiência Mental (ILSMH) e, segundo Glat (2004), foi subsidiada no Rio de Janeiro pela FENAPAES - Federação Nacional das Apaes. Esse momento foi marcado pela possibilidade de se ouvir a pessoa com deficiência, e saber o que elas pensam de si mesmas, suas dificuldades e suas formas e estratégias para resolverem conflitos. Pode-se considerar esse evento como o marco da mudança desse paradigma, uma vez que até então a pessoa com deficiência era posta como incapacitada e infantilizada por familiares e sociedade. Assim, esclarece a autora que:

[...] por considerarmos que o indivíduo com deficiência mental, por definição diagnóstica, é incapaz de avaliar sua problemática, necessidades e expectativas (“ele tem uma mente deficiente, não raciocina!”), e por o considerarmos como uma “eterna criança”, não incentivamos o desenvolvimento de sua autonomia, não o ensinamos a fazer escolhas e tomar decisões, e nem sequer a expressar seus anseios, seja no seio da família, seja nas escolas e programas de atendimento. (GLAT, 2004, p. 3)

Desde então, o conceito de autodefesa foi impulsionado pelo Movimento Apaeano e em 2009 a Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (FEAPAES/MG) ampliou essa concepção, para dar espaço a um movimento de autogestão que propusesse a participação das famílias, denominado como: Programa de Autogestão, Autodefesa e Família.

É importante destacar que o conceito de autogestão precede o de autodefesa, devido ao seu próprio significado. “Autogestão é um processo de desenvolvimento de habilidades para ser e fazer, que ocorre durante toda a vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla” (FENAPAES, 2011, p. 12). Isso permite e instrumentaliza a pessoa com deficiência nas mais diversas ações do dia a dia, como autocuidado, higiene, vestuário, habilidades sociais, dentre outros aspectos. Traz-se o protagonismo à pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla para escolher e autogerir, com autonomia e independência, levando em conta as limitações de cada indivíduo.

O conceito de autodefesa ganha espaço pelas lutas e buscas pela defesa de direitos da pessoa com deficiência, adquirindo-se, assim, o seu espaço institucional, o que o designou autodefensores no Movimento Apaeano. Esse trabalho consiste na busca pelo respeito como pessoas e cidadãos, para assim se afastarem dos modelos assistencialistas e paternalistas, que impossibilitam o desenvolvimento da autonomia e independência da pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla. Enfatiza-se que a premissa dessa prática implica em saber que, para se autodefender, é



preciso também se autogerir, os dois conceitos caminham juntos, porém, suas formações são distintas.

A família se caracteriza como os primeiros contatos do indivíduo e, assim, impulsiona as primeiras construções de si e do mundo. “A família deve reconhecer a pessoa e não apenas a deficiência. E para facilitar isso, desde cedo a família deve ser apoiada na aceitação da deficiência intelectual e múltipla dessa pessoa” (FENAPAES, 2011, p. 12). As aspirações mais diversas são formadas na relação familiar, sendo denominadas como o primeiro grupo social que o indivíduo pertence, são fronteiras e, ao mesmo tempo, territórios, nos quais se é possível expressar afetos, sonhos, frustrações e, assim, contribuir para a formação da personalidade e subjetividade. Dessa forma, é possível notar a importância do elo estabelecido entre as Apaes e as famílias dos usuários.

O movimento difundido e defendido pelas Apaes, na busca pela promoção da autonomia e independência da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, somente poderá ter resultados se elas mesmas, as pessoas com deficiência, exercerem seu papel ativo e de porta-voz de suas vidas. Sem dúvidas, a família e os amigos representam um papel importante na procura por espaços possíveis de interlocuções, de convivências e de inserções na sociedade para a pessoa com deficiência, porém, as decisões competem a elas mesmas.

“Para garantir o direito à cidadania plena, a pessoa com deficiência precisa, primeiro, aprender a defender seu espaço, como se diz, garantir ‘o seu lugar ao sol’. E aí é que entra, justamente o conceito de auto-defensoria ou auto-gestão” (GLAT, 2004, p. 04). As diretrizes dos conceitos de autodefesa e autogestão se norteiam por quatro princípios fundamentais. Glat (2004, p. 05) descreve tais princípios, como: eliminação de rótulos, identidade, autonomia e participação e luta pelos direitos.

- a) Eliminação de rótulos: o movimento de autodefensoria propõe que a pessoa seja notada antes da deficiência. Isso significa que existe um ser humano com capacidades e que merece respeito, independentemente das suas limitações ou deficiências. Busca-se, a priori, que a pessoa seja reconhecida e valorizada para além da deficiência;
- b) Identidade própria: diante das formações de rótulos, a pessoa se vê totalmente identificada com os seus diagnósticos e, assim, impedidas de expressarem sua subjetividade e de desenvolverem suas habilidades. Busca-se trabalhar com as pessoas com deficiência os estigmas e rótulos, para formarem sua identidade pessoal, livre de justificativas e comparações a respeito da deficiência;



- c) Autonomia e participação: esse talvez seja um dos pontos primordiais do movimento de autodefensoria, que seria a tomada de decisões devolvida para a pessoa com deficiência, assim como o direito de gerir suas próprias decisões, fazer escolhas diárias, manifestar desejos e recusas. Essa prática e essa filosofia vão contra os estigmas sociais que, por diversas vezes, colocam as pessoas com deficiência como incapazes e, portanto, impossibilitadas de gerirem as próprias escolhas;
- d) Luta pelos direitos: é preciso trabalhar com a pessoa com deficiência que ela pode reafirmar seu poder de decisão e a garantia de falarem por elas próprias. Isso caracteriza a proposta da autodefensoria: somente a pessoa mesma pode falar dos seus anseios, da forma melhor de viver, dos seus medos e angústias. Essas decisões não competem aos cuidadores ou profissionais, sempre considerando cada limitação. Cabe à pessoa com deficiência garantir sua participação e escolha.

Pimenta (2011) destaca que, no campo da deficiência, no contexto familiar e na nossa prática institucional, há esse considerável desafio, de atuar entre o amparo e a orientação. Faz-se necessário escutar as reais necessidades e demandas das pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla, no seu âmbito funcional, considerando sempre as dimensões da autogestão e da autodefesa. É possível, diante de cada limitação, incentivar e responsabilizar as pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla, por mais comprometidas que se apresentam, a realizarem as suas escolhas cotidianas, pequenas ou não, sem a exclusão do desejo.

Nesta seção foi possível compreender e aprofundar sobre os conceitos de autogestão e autodefesa adotados e expandidos na prática da Rede Apae. Mostra-se a importância de abordar tais questões, pois se trata de avistar um novo horizonte, em que a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla deixa de ser ouvinte e executor, passando a ser o porta-voz do desejo que o habita.

2.4 Experiência de estágio curricular na Apae de Divinópolis/MG

A presente seção tem por objetivo relatar algumas vivências que os estagiários do curso de psicologia da Faculdade UNA/Divinópolis (na ocasião Faculdade Divinópolis/FACED), tiveram ao estar imersos no estágio que ocorreu na Apae de Divinópolis, no ano de 2018.



O estágio teve o seu foco em um grupo de oito mães e pais de pessoas adultas, com deficiência intelectual e múltipla. O objetivo do grupo foi estabelecer relações e vínculos entre os integrantes e criar um espaço terapêutico, por oficinas temáticas que se relacionavam com as suas vivências e os sentimentos baseados na familiaridade com o filho ou o parente com deficiência.

A imersão é a palavra certa para designar a experiência, pois os estagiários tiveram a oportunidade de mergulharem e conhecerem um pouco da profundidade e complexidade existente nas relações dos familiares com os filhos usuários da Rede Apae. Por mais que esses filhos sejam adultos, há uma relação infantilizada e de dependência para com eles. Não podemos negar que a pessoa com deficiência intelectual e múltipla que frequenta a Instituição necessita de apoio contínuo e pervasivo: esse era o perfil dos filhos e das filhas dos familiares que estavam no grupo. Entretanto, até que ponto isso não se torna uma prisão que impede o desenvolvimento do potencial que habita tais indivíduos? Pode-se interpretar “indivíduos” tanto sendo os familiares, quanto a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla, mas o recorte deste trabalho é a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla.

É importante destacar que quando se fala a respeito de dependência, foi constatado um ponto interessante e de extrema relevância para o tema em questão. Ela, a dependência, não é só da pessoa com deficiência para com os familiares, como também dos familiares para com a pessoa com deficiência. Qual a relevância disso? É válido ressaltar que a partir do momento em que o parente estabelece essa relação de necessidade com a pessoa com deficiência intelectual e múltipla (ou da deficiência do filho), nota-se que o apoio que antes tinha o cunho e o viés de ajudar nos limites que a deficiência impõe ao indivíduo, passa a ter uma roupagem de laços que “aprisionam” a pessoa com deficiência àquela situação.

Aprisiona-se, no sentido de criar uma demanda que a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla não teria necessidade, caso desenvolvesse cotidianamente sua capacidade de autogestão e autodefesa. Ele é tolhido das suas potencialidades, sendo tirado de si mesmo, a partir do momento em que essa dependência é criada, passando então, a ser objeto do outro, enquanto continua com seus desejos, medos e experiências internas, relegadas ao plano secundário das suas próprias vidas.

Brauer (1998) acredita que se cria um vínculo deficiente entre o filho com deficiência e a mãe, que se perpetua durante toda a fase de desenvolvimento da criança, até a fase adulta. Dessa forma, há uma atemporalidade nessas relações que, na maioria das vezes, o filho adulto é tratado



como criança, insistindo o trato infantil. Nesse modo de agir, mesmo já adulto, o filho ou filha apresenta muita dificuldade para sair desse lugar: o infantil, aquele que não sabe, portanto, assujeitado.

Ao falarmos de amparar e orientar a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla, logo se pode imaginar que a pessoa que mais tem presença nessa atitude, ou melhor, nesse posicionamento de amparo e orientação, são os parentes, aqueles que são mais próximos da pessoa com deficiência no seu dia a dia, cotidiano, vivências emocionais e sociais. Isso mostra a riqueza da experiência de estágio mencionada no parágrafo anterior e como ela pode ser um compêndio de exemplos que evidenciam como ocorre a relação, muitas vezes involuntárias, dos parentes com os adultos com deficiência. As discussões e as oficinas realizadas sempre eram repletas de falas e depoimentos que escancaravam a posição que o familiar se colocava diante da situação de ser pai, mãe ou parente de uma pessoa adulta com deficiência intelectual ou múltipla. O furor entre amparar e orientar ofuscava a subjetividade de todos: familiares e pessoas adultas com deficiência.

Destacam-se dois exemplos, cada um deles ocorridos em diferentes momentos. Em um primeiro, uma das mães que integrava o grupo estava falando a respeito do medo que tem de sua filha sair na rua sozinha, sem sua companhia. A filha adorava ir à igreja e tinha esse costume, porém por causa desse suposto medo, sua mãe parou de permitir que ela frequentasse a igreja, que se localizava a poucos quarteirões da sua casa. A filha sentia falta e expressava sua insatisfação e desejo de voltar a frequentar a igreja, porém a mãe insistia que não era viável, pois algo de ruim poderia acontecer. Ela alegava que não se pode confiar nas pessoas hoje em dia. É interessante ressaltar, porém, que quando a filha não estava em casa, quando ela estava na Apae ou tinha algum compromisso, a mãe sentia falta da sua presença, dizendo que a casa ficava vazia e não gostava de ter esse sentimento. O marido da mãe havia falecido e ela tinha dificuldades de suportar tal falecimento, assim como a filha também não lidava bem com a ausência do pai.

Brauer (1998) corrobora com a vivência descrita e relata que, na maioria dos casos, no modo de constituição do sujeito com deficiência intelectual e/ou múltipla, é que, o sujeito “não aparece”, por estar colado à posição da mãe, nesse caso, correspondendo à fantasia de que algo de ruim poderia acontecer. Por mais que a filha manifestasse desejo, esse era suprimido pela fantasia da mãe: portanto, assujeitada. Posiciona-se não enquanto pessoa, mas sim como um indivíduo prisioneiro da fantasia da mãe: não operando aí a lei do próprio desejo da pessoa, pois essa, em



larga medida, não consegue separar-se dessa posição - “o sujeito deficiente” ou “aquela que não sabe”.

Surge então um questionamento: até que ponto esse movimento da própria filha de não ir à igreja é uma tentativa de manter a mãe por perto e impedir a experiência de ausência da mãe? Até que ponto a mãe permite que sua filha realmente tome decisões que vão de encontro com seus desejos, ao invés de limitá-la utilizando seu próprio desejo? É importante destacar que, de fato, não haveria nenhum risco eminente de violência ou outros relatos regressos que serviram de base para a mãe não autorizar que a filha frequentasse a igreja do bairro. Seria a filha uma pessoa com autogestão e autodefesa ou seria ela guiada pelas fantasias da mãe? Estaria a mãe amparando e orientando? Enfatiza-se que o objetivo deste relato não é questionar a educação da mãe e nem tecer considerações moralizantes, mas levantar questões acerca da posição que se deve ter quando se fala de amparo e orientação às pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla.

O outro exemplo é o de um pai que nunca permitia que o filho colocasse a própria comida no prato na hora do almoço. Ele alegava que o filho sempre colocava tudo de maneira incorreta e que, por mais que o ensinasse, ele sempre fazia tudo errado. Quando questionado se ele estava disposto a tentar ensinar o filho com paciência, ele logo se esquivava e entrava na negação, de que o filho não consegue. Uma observação a ser feita é que o filho dele era um dos mais destacados quando se falava de Atividade de Vida Diária, possuindo capacidades práticas de autocuidado e funcionalidade. Outro ponto é que o mesmo pai demonstrou, durante toda a vivência de estágio, um discurso impregnado e carregado de “não consigo” e dizia fazer tudo errado. Estaria o pai transferindo algo dele para o filho? Ele estava numa posição de promoção de autogestão e autodefesa ou lhe faltava até mesmo a própria forma de se gerir e se cuidar, projetando então no filho os seus conflitos?

A autogestão e a autodefesa implicam mudanças de posturas mentais, movimentação para fora da zona de conforto e enfrentamentos dos próprios conflitos. Quando se trata da promoção de autogestão e autodefesa, nota-se que os desafios podem ser até mesmo ampliados, pois a disposição para tais enfrentamentos é desgastada durante a convivência com a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla.

Para encerrar esta seção, um último exemplo será utilizado para ilustrar e delinear a construção do presente artigo. Era uma noite festiva, comemorava-se a festa junina com os usuários, familiares, gestores e funcionários da Apae. Como toda boa festa junina, havia muita comida



gostosa e delícias para saborear enquanto se assistia a dança cultural. Os estagiários estavam auxiliando na organização, sendo assim, estavam em uma das barracas de comida, entregando canjica para quem desejasse e tivesse comprado, é claro. Em determinado momento, uma mãe e um filho adulto com deficiência intelectual e múltipla chegaram para escolher qual canjica iriam querer. Havia dois sabores: canjica de milho e canjica de amendoim. Os estagiários, como bons atendentes, questionaram qual sabor a mãe iria querer, então ela fez sua escolha. Logo em seguida, questionaram o filho qual sabor seria do seu desejo. Antes mesmo de o filho conseguir se pronunciar, a mãe se intrometeu e escolheu pelo filho, fazendo-o silenciar e se recolher intimamente. Contudo, não satisfeito com a intrusão da mãe no desejo do filho, o estagiário questionou novamente para o filho o sabor desejado. A mãe, novamente, se prontificou em responder, escolhendo por ele e logo em seguida falando “para ele pode ser qualquer um”. Esse exemplo demarca muito bem qual a posição que as pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla podem ser colocadas cotidianamente: posição de não saber; refém da projeção do desejo do outro: afinal, como disse a mãe na escolha da canjica, “para ele pode ser qualquer um”.

Os relatos de experiência do estágio na Rede Apae, na Apae de Divinópolis, mencionados nesta pesquisa, confirmaram para os autores deste trabalho que a intervenção psicossocial e/ou clínica junto à pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla aponta para a real necessidade de uma escuta junto à sua família. Acredita-se que para haver movimentos subjetivos da pessoa com deficiência, esses também devem ser destinados às suas famílias. Acredita-se que sejam essas as possíveis contribuições da psicanálise: operar pela via da escuta, de escutar a hiância entre amparar e orientar. É nessa fresta que pode surgir o desejo.

2.5 Considerações da psicanálise e os desafios de atuar entre a mão que ampara e a mão que orienta

Nesta seção – parte conclusiva do trabalho, abordaremos as possíveis contribuições da psicanálise, junto à pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla, e apoio às famílias, tendo como ponto de articulação: a Simbologia da Apae. Dessa forma, pretende-se abordar a relação de pais e filhos com deficiência intelectual e múltipla, à luz de algumas balizas da psicanálise, destacando as contribuições desse campo do saber para o desenvolvimento da autonomia e da independência da pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla, foco desta pesquisa.



O momento da espera para a chegada de um filho carrega muitas expectativas e idealizações, o que culmina em um investimento libidinal, oriundo dos sonhos e dos desejos da própria história e fantasia dos pais. Dessa forma, a construção do filho ideal não permite que ele nasça com algum problema de saúde ou com deficiência. “A constatação da deficiência mental na criança representa, para os pais, a perda do filho até então idealizado” (GÓES, 2006, p. 452). O que ocorre é que esse filho idealizado é constituído a partir das projeções dos pais, por isso, espera-se que ele corresponda aos seus desejos inconscientes.

Tal inquietação pode ser elaborada, dentre outras formas, pela grande maioria das pessoas, através do evento do nascimento ou, especificamente, através do nascimento de um filho, sendo este considerado pelos pais não apenas como aquele que proporcionará a imortalidade do seu Ego (negando, assim, a finitude), como também aquele que concretizará os sonhos que eles não conseguiram realizar. (GÓES, 2006, p. 453)

Pessotti (1984) ressalta que a pessoa com deficiência ocupou um lugar marginal na sociedade durante muito tempo, o que ainda reflete na realidade atual dessas pessoas, inclusive no seu núcleo familiar. Por isso, a existência de um filho com deficiência pode trazer consigo inúmeros sentimentos que são impronunciáveis, colocando-o em uma posição excludente no interior da família.

O nascimento de um filho com deficiência escancara, assim, uma ferida narcísica no pai e na mãe, o fato de não reconhecimento deles mesmos nesse filho (GÓES, 2006). Desejo e repulsa, desamparo e proteção, formam-se então sentimentos ambíguos e que geram culpa perante o filho com deficiência: é a confirmação dos temores vivenciados na gravidez em se ter um filho imperfeito. Nessa temática Brauer (1998) corrobora:

Alguns autores psicanalíticos atribuem esses temores às fantasias edípicas inconscientes comuns a todo ser humano, e às culpas que essas fantasias acarretam. A culpa é tomada aqui como um indicador da fantasia incestuosa. Nesse sentido o advento de um filho deficiente pode ter consequências sobre a mãe em um nível psíquico. (BRAUER, 1998, p 60)

Brauer (1998) destaca que a princípio, a psicanálise não se aplica ao tratamento da deficiência. A autora esclarece que Sigmund Freud, o pai da psicanálise, formulou sua teoria e seu método de trabalho a partir de pacientes especificamente neuróticos. Além disso, esclarece-se que, para Freud, uma das condições para que uma pessoa possa se submeter a um tratamento de análise é que ela apresente uma capacidade de abstração, pois o tratamento sempre perpassa pelas



reminiscências: o que requer trabalho de memorização e elaboração. “É graças à capacidade de abstração que o sujeito produz as formações metafóricas que são passíveis de análise” (p. 56).

Nesse sentido, reforça-se que o objetivo dessa seção não é argumentar a possibilidade de tratamento de análise para as pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla. Sabe-se que esse tratamento requer uma dinâmica psíquica que à priori não condiz com o funcionamento intelectual do público-alvo em questão. Destaca-se, ainda, que a referida seção traz algumas contribuições da teoria psicanalítica para pensarmos a dinâmica que se estabelece na relação de pais e filhos com deficiência intelectual e múltipla. A partir desse entendimento, é estabelecida uma conexão com a Simbologia das Apaes e os seus efeitos no trato junto às pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla, em especial no acolhimento e acompanhamento das suas famílias.

Brauer (1998) destaca que Jacques Lacan (1901-1981) trouxe significativas contribuições para o campo da psicanálise. A autora esclarece que Lacan explorou, a partir de Freud, o tema das psicoses e possibilitou com seu trabalho de precisão conceptual a extensão desse método terapêutico para pacientes psicóticos. “Em sua teorização ele distingue três estruturas clínicas: a neurose, a perversão e a psicose, não mencionando a deficiência como estrutura clínica diferenciada”.

Poderíamos dizer que em Freud o método analítico foi afinado para o trabalho com o paciente neurótico, que Lacan afinou a técnica estendendo-a ao paciente psicótico, e que devemos a Maud Mannoni a abertura que possibilitou estender esse método ao paciente portador de deficiência mental. É a Maud Mannoni que devemos uma articulação fundamental para que se possa hoje pensar no caso da deficiência em termos psicanalíticos. (BRAUER, 1998, p. 57)

Mannoni¹⁰ (1995) foi a precursora do atendimento psicanalítico às pessoas com deficiência mental – termo utilizado na época. Pelo seu texto “A criança retardada e a sua mãe” (1995), a autora afirma que no enlace entre a criança com deficiência intelectual e a mãe ocorre uma psicotização da relação. Dessa forma, acredita-se que, para que ocorra o trabalho analítico, é necessário que se estabeleça um vínculo entre mãe e criança deficiente semelhante ao que é estabelecido em casos de psicose.

¹⁰ Maud Ferreira Mannoni (22 de outubro de 1923 - 15 de março de 1998) foi uma psicanalista francesa de origem neerlandesa. Estudou psiquiatria em Antuérpia, na Bélgica, sob a direção de Dellaert. Seguindo o método terapêutico para crianças psicóticas de Françoise Dolto, obteve sucesso na elaboração teórica de sua experiência, inspirada pelos ensinamentos de Jacques Lacan. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Maud_Mannoni Acesso em 20/10/2019.



Para o aprofundamento da temática em voga, torna-se importante enfatizar a palavra semelhante, tanto para o entendimento da relação estabelecida, como das possibilidades de intervenções da psicanálise. Aqui, o termo psicotização se refere à dinâmica que se constitui na relação e não necessariamente a estrutura psíquica da mãe e/ou do filho (a) com deficiência intelectual e múltipla.

Brauer (1998) ressalta que ao se deparar com uma criança com uma deficiência real, a mãe pode relacionar a uma punição e uma confirmação das suas fantasias incestuosas. Quando isso ocorre, pode ser que resulte em uma mulher não instituída no papel de mãe, fazendo com que ela direcione ao médico e a toda equipe a condição de bem maternar seu filho. “Em função disto, é possível observar uma mulher debilitada, dependente e que recorre à equipe a todo instante” (BRAUER, 1998, p. 60).

É a partir disto que Mannoni (1995) explica a condição de psicotização da relação mãe e filho. Perante essa situação, a mulher se destitui do lugar simbólico de mãe e, como efeito disso, a criança pode ser abandonada psicologicamente. Assim, a psicotização ou a relação psicotizante entre mãe e filho se dá pela necessidade da mãe de ocupar “o lugar de depositário desses sentimentos hostis que ela mesma não suporta reconhecer em si, mas que vê plenamente justificados pela real deficiência apresentada pela criança” (BRAUER, 1998, p. 61). Brauer (1998) explica que esse é um quadro psicotizante, pois na psicose as pessoas do núcleo familiar não ocupam lugares distintos.

Freud afirmou que a criança é objeto erótico de seus pais. Ocupar esse lugar faz parte do fato de ter sido desejada por eles. Para a psicanálise o que se transmite aos filhos é um particular modo de desejar. Isso é o que significa perfiar para a psicanálise. (BRAUER, 1998, p. 61)

Dessa forma, estar no lugar de objeto será papel fundamental para a constituição do sujeito. Para fins de aprofundamento da temática elucidada nessa seção, torna-se importante assinalar que o que se diferencia quando temos uma criança com deficiência é que, muitas vezes, ela não deixa de ocupar o lugar de objeto, para que se torne filho, o que traz desdobramentos significativos na sua constituição enquanto sujeito. Isso ocorre, pois o pai deixa de interferir na relação da criança com a mãe, de forma que a relação psicotizante seja interdita, para, assim, estruturar diferentes lugares e posições: ou seja, o lugar da criança, da mãe e do pai. Uma vez que o pai não faz função de interdição na relação mãe e filho, esses também deixam de ocupar o lugar de sujeito no seu núcleo



familiar. É a partir desse momento que podemos perceber o desencadeamento de um adulto infantilizado e assujeitado.

É importante esclarecer que, diante dessa configuração, o psicanalista não irá atuar sobre a deficiência, mas sim na relação mãe e criança que foram “aglutinadas” perante a situação real que se apresentou e as impediu – tanto a mãe, quanto a criança – de ocupar seus lugares de sujeito na sua constituição. Frente a essa atuação, serão potencializados os papéis que cada um ocupa na sua vida: mulher, mãe, filho (a), cidadão, dentre outras funções, para que, dessa maneira, sejam trabalhadas as funções e as posições de amparar e orientar. Por esta pesquisa, pode-se afirmar que: em uma relação em que uma pessoa ocupa apenas o lugar de objeto, ainda não é possível dizer sobre autogestão ou autodefesa.

Diante do exposto, quais as possibilidades de leituras da Simbologia das Apaes no contexto de relação objetal: mãe e filho com deficiência? De que maneira a psicanálise pode se manifestar e relacionar essa simbologia: na figura da mão que ampara e da mão que orienta?

Pode-se dizer que a psicanálise circunda a forma com que cada indivíduo se posiciona diante da vida, das situações e das relações, fazendo com que a própria pessoa se responsabilize por isso. Desde que uma pessoa nasce, ela é atravessada e acolhida por denominações que as colocam em algum lugar. Por exemplo, na família a pessoa pode ter lugar de filho, na escola de aluno, sendo alguém que é moreno, loiro, alto, baixo, dentre outras características. Essas palavras sempre colocam o indivíduo em uma posição.

Inconscientemente ocorre dessa pessoa tomar essa posição como algo seu, sem questionamento, e viver a partir disso, exclusivamente. Dessa forma, quando a pessoa com deficiência é atravessada pela denominação “deficiente”, desde que nasce, qual a repercussão disso na sua vida? Qual a repercussão disso na sua família? Como isso vai se desenrolar diante das vivências e experiências que aquele indivíduo terá no seu desenvolvimento humano e social? Brauer (1998) afirma que pode haver uma identificação com o termo “deficiente”, fazendo a pessoa ter uma deficiência subjetiva e “fictícia”, além daquela objetiva e real.

[...] é possível que subjetivamente o fato de ser deficiente físico represente algo para uma determinada pessoa, que isso tenha concorrido no estabelecimento de sua identificação, que ela tenha se identificado ao significante "deficiente" para além das dificuldades motoras que este problema físico lhe acarretou, que isto signifique ainda outras coisas para essa pessoa. Isso é possível, mas não necessário. (BRAUER, 1998, p. 59)



A simbologia das Apaes, como elucidado na Seção 2.1, possui na sua figura duas mãos em perfil ao redor da flor Margarida, uma em posição de amparo e a outra, de orientação. O Dicionário InFormal Online (2019) descreve que um símbolo é tudo o que representa, sugere ou substitui alguma coisa. Sendo assim, é possível dizer que a figura das mãos diz respeito às pessoas e às instituições, que são responsáveis pelo cuidado da “Margarida”, que se encontra ao centro.

Sendo assim, a partir dos breves apontamentos psicanalíticos realizados nesta seção, produz-se as seguintes reflexões: a posição dessas mãos, ou melhor, dos responsáveis, está sendo de amparo e de orientação? Amparar e orientar, nesse sentido, é muito mais que um verbo, vai além da ideia de movimento que um verbo sugere. Esses dois léxicos carregam em si o pensamento de posicionamento. Na seção 2.4, no relato de experiência de estágio, vimos claramente a posição em que uma pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla é colocada quando a própria mãe faz escolhas por ela, afirmando que, para o filho, qualquer coisa serve. Ora, qualquer adubo serve para uma “Margarida”? Quantas “Margaridas” estão sendo adubadas de forma que não as fazem crescer? Onde está a deficiência nessa situação? Na incapacidade intelectual e motora da pessoa ou na posição em que ela está inserida nas relações? Na nossa prática profissional, constantemente indagamos: de onde vêm as limitações? Ou melhor, as limitações dizem de quem? Até onde a deficiência objetiva vai e onde começa a deficiência subjetiva?

A psicanálise traz consigo essas reflexões e, quando introduzida no tema de deficiência intelectual e múltipla, busca problematizar o termo deficiência subjetiva. Todos nós podemos ter deficiência quando olhamos por uma perspectiva de como se colocar diante do outro e do próprio eu, entendendo o conceito da palavra como algo que traz uma limitação de alguma função do ser humano. Em relação a essa questão, Brauer (1998) faz a seguinte pontuação:

[...] a psicanálise nada tem a dizer quanto à deficiência, já que seu objeto de estudo é o inconsciente e que ele nada sofre, em tese, com o fato da deficiência física. É em outro sentido que a psicanálise vai tomar a deficiência, vai tomá-la segundo nos sugere Mannoni como um a mais que se sobrepõe à deficiência real. A psicanálise vai assim lidar com a pseudodeficiência do deficiente. (BRAUER, 1998, p. 58)

Na simbologia das Apaes, existe um desnivelamento entre as mãos. Nesse desnível que esta pesquisa sugere uma possibilidade de leitura psicanalítica. É entre o desnível das mãos que a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla pode desejar, sonhar, criar, demandar e expressar, independentemente do seu comprometimento. Dessa forma, esta pesquisa sinaliza a importância de



agir com prudência, pois, famílias e instituições, no furor de tudo amparar e tudo orientar, podem sufocar as “Margaridas”. Para que “As Margaridas” recebam o devido cuidado, é preciso compreender o *quantum* de apoio a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla necessita.

Assim, defende-se as diretrizes da Simbologia das Apaes: a importância de amparar e orientar, tendo como base o desenvolvimento das capacidades de autogestão e de autodefesa no ciclo de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, para que essa, desde a tenra idade, experiencie suas capacidades. Nossa pesquisa acredita que será a partir do acolhimento e do acompanhamento com as famílias, que a pessoa com deficiência intelectual e múltipla poderá realizar movimentos subjetivos, portanto de autogestão e de autodefesa.

É importante esclarecer que quando trazemos uma possibilidade de leitura psicanalítica, não se defende a ideia de que essa seja arbitrariamente a melhor abordagem, a melhor leitura. Entretanto, as prerrogativas de Mannoni (1995), no que tange à ideia psicotizante da relação mãe e filho nos fez aproximar da sutileza que a Simbologia das Apaes nos apresenta: em especial o desnível entre as mãos: não se trata de tudo amparar e tudo orientar, senão aliena-se o sujeito. A possibilidade de leitura psicanalítica se fez presente devido a fresta e o desnível entre as mãos, para que a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla possa desejar: e desejando, realizar movimentos subjetivos – considerando sempre a sua particularidade.

A partir desta leitura, enfatiza-se que não se trata de uma perspectiva de um tratamento de análise da pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla. Sabe-se que para a realização disso, outros mecanismos se fazem necessários. Assim, a pesquisa tratou da aposta de uma leitura psicanalítica do Símbolo das Apaes, articulados com os conceitos de autogestão e de autodefesa, que podem trazer efeitos no trato junto a esses, suas famílias, bem como contribuir com a construção de intervenções na equipe e na instituição. Nesta pesquisa, a psicanálise e a sua leitura da Simbologia das Apaes nos ensinaram que: em uma relação em que uma pessoa ocupa apenas o lugar de objeto, ainda não é possível dizer de autogestão ou autodefesa.

Ressalta-se que o desafio entre amparar e orientar existe a partir do momento em que a deficiência aparece antes do indivíduo. A pessoa com deficiência é vista, muitas vezes, confundida com a própria deficiência, sem a possibilidade de separar uma imagem da outra. Aliás, a possibilidade existe, mas é necessário um manejo para que isso se torne realidade e a pessoa possa se expressar e se ver livre da deficiência, da deficiência subjetiva. Enquanto não houver essa segregação, não é possível promover a autogestão e a autodefesa das pessoas adultas com



deficiência intelectual e múltipla. Dessa forma, a psicanálise surge como uma ferramenta que descortina a deficiência, emergindo, então, a subjetividade por trás das relações, sinalizando como cada indivíduo se posiciona diante delas e como o termo “deficiência” pode ser mais amplo do que aquela que se refere às limitações físicas e intelectuais.

Diante disso, esta seção se encerra com dois apontamentos relevantes. O primeiro, óbvio, porém negligenciado, por vezes: somos pessoas, seres humanos em construção, inseridos em um grupo, em uma comunidade, numa sociedade. Assim, precisamos urgentemente compreender a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla na sua perspectiva subjetiva, considerando que ela possui desejos, sonhos, medos, traumas e, principalmente, escolhas. Já, o segundo apontamento, tão relevante quanto, é a importância do trabalho desenvolvido junto às famílias, para que elas possam – como as pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla – experienciarem suas capacidades de autogestão e de autodefesa, que, muitas vezes, são aniquiladas em nome de tudo amparar e tudo orientar, caracterizando o que Mannoni (1995) assemelha a ideia psicotizante da relação mãe e filho. Acredita-se no trabalho de intervenção junto às famílias, para que essas também possam experimentar novas maneiras de desempenharem a função de cuidado com o outro, sem descuidar-se de si.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso foi tecido com a finalidade de analisar o desafio que se instala perante a simbologia da Apae sobre a mão que ampara e a mão que orienta a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla.

Entendemos que a Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, desde a sua fundação, tem contribuído amplamente com o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla e seus familiares. Graças à sua participação, o desenvolvimento da medicina e da sociedade, esse público tem conseguido chegar à idade adulta e até envelhecer, fato que não ocorria há alguns anos. No entanto, essa conquista também se apresenta como um desafio para a sociedade que não se preparou para esse acontecimento, inclusive ao considerar que, se essas pessoas estão envelhecendo, seus cuidadores já se encontram idosos.

A simbologia da Apae diz sobre a missão de amparar e orientar a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, caminhando junto aos familiares. O que é possível perceber na fase adulta e



no processo de envelhecimento dessas pessoas, é um despreparo das famílias, que subjagam ou objetificam esses indivíduos a uma posição infantil e assujeitada.

Diante disso, identificamos, pela classificação da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID) sobre o que é conceituado como deficiência, intelectual e múltipla, e quais são os serviços de apoio direcionados a esse público, para que possam viver com maior qualidade de vida. Ao pensar nos serviços de apoio e nas pessoas com deficiência, automaticamente dialogamos com os conceitos propostos por Glat (2004) sobre autogestão, autodefesa e como essas pessoas alcançaram a idade adulta. Entretanto, elas podem ocupar essa fase de desenvolvimento na posição de sujeitos ou assujeitados pela sociedade, inclusive pelo seu núcleo familiar.

Todos esses conceitos e estudos, puderam ser praticados na Apae de Divinópolis/MG pelos estagiários da Faculdade UNA – Divinópolis (antiga FACED), no ano de 2018. Nessa experiência, identificamos a dificuldade que os pais enfrentam em localizarem os seus filhos enquanto pessoas adultas e com possibilidades de atuação, a partir da particularidade das suas deficiências. Localizamos que, muitas vezes, as atitudes apresentadas pelos seus pais, iam além do diagnóstico dos filhos, alcançavam questões subjetivas dos próprios pais que eram transferidas aos filhos, pois, afinal, como desenvolver a autogestão e a autodefesa no outro, se essa ainda não está desenvolvida em mim? Por isso, percebe-se que o trabalho desenvolvido junto às famílias vai muito além da informação sobre os filhos, desenvolver a autogestão e a autodefesa nos pais e familiares, é desenvolvê-las também nas pessoas adultas com deficiência intelectual e múltipla.

Diante desse percurso, foi possível perceber as contribuições da psicanálise no campo da deficiência intelectual e múltipla. Para que possamos caminhar, Mannoni (1995) propõe sobre uma relação mãe e filho que pode ser psicotizante, uma vez que, ao se deparar com o filho real, que nada tem a ver com o filho idealizado – que possui “defeitos” e “imperfeições” – deixa de ocupar sua função de mãe, impedindo que o filho ocupe também o seu lugar e se torne sujeito.

Por isso, ao pensar na simbologia da Apae sobre a responsabilidade da mão que ampara e da mão que orienta a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla, tem-se o desafio de amparar e orientar também a família, nesse caso, sobretudo, a mãe. No entanto, ressalta-se que é importante caminhar junto a eles, sobretudo, junto à mãe, para que ambos possam ocupar suas posições: a mulher, a mãe, o homem, o pai e a pessoa adulta com deficiência intelectual e múltipla, na posição de filho, para que ele também ocupe outros espaços que lhe são de direito na sociedade. Isso



ocorrerá de acordo com as suas possibilidades reais, autogerindo-se e autodefendendo-se. Essa é a aposta da psicanálise: é possível amparar e orientar, promovendo concomitantemente o desenvolvimento das capacidades de autogestão e de autodefesa, sem sufocar “As Margaridas”.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES - AAIDD. **Intellectual disability**: definition, classification, and systems of supports. Washington, DC: AAIDD, 2010. Disponível em: <<http://www.aaid.org>>. Acesso em: 10 out. 2019.

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES - AAIDD. **Supports and SIS**. Disponível em: http://aaid.org/sis/supports-and-sis#.U9ZJUfldU_w. Acesso em: 20 jul. 2014.

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES - AAIDD. **Definition of Intellectual Disability**. Washington, D.C: AAIDD, 2016. Disponível em: <<https://aaid.org/intellectualdisability/definition#.V18LLvkrKUK>>. Acesso em: 11 out. 2019.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. **Retardo mental**: definição, classificação e sistemas de apoio. Tradução de Magda França Lopes. 10. ed. Porto Alegre, 2006.

APAE BRASIL. **Download da marca**. Texto: A marca do movimento apaeano. Brasília. Disponível em: <<http://apaebrazil.org.br/pagina/download-da-marca>>. Acesso em: 22 set. 2019.

APAE BRASIL. **História**. Texto: Movimento apaeano: a maior rede de atenção à pessoa com deficiência. Disponível em: <<http://apaebrazil.org.br/pagina/historia>>. Acesso em: 22 set. 2019

BRAUER, Jussara Falek. O sujeito e a deficiência. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 56-62, set, 1998. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571281998000200008&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 21 set. 2019.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Significado de Amparo**. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/amparo/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Significado de Orientação**. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/orienta%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Significado de Símbolo**. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/s%C3%ADmbolo/>>. Acesso em 22 set. 2019.



FEAPAES. Instituto de Ensino e Pesquisa – UNIAPAE/MG Darci Barbosa. **Concepção de deficiência intelectual.** FEAPAES – MG (feapaesmg-ead.org.br). In: _____. Material da Disciplina 1: Conceito de Deficiência Intelectual (Adendo ao texto básico). Professora: Erenice Natália Soares de Carvalho. 10/09/2014. D&J Educação e Tecnologia, 2014. Disponível em: <<http://www.uniapaemg.org.br/site/categoria/curso-educacao/>>. Acesso em 10 out. 2019.

FEAPAES. **Diretrizes para as ofertas de assistência social às pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias, no âmbito das APAEs do estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte – MG, 2016.

FEAPAES. **História Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (Feapaes-MG).** Belo Horizonte - MG. Disponível em: <<http://apaemg.org.br/page/historico-14367>>. Acesso em: 22 set 2019.

FENAPAES. **Estratégia da Rede APAE.** Federação Nacional das Apaes. Brasília – DF: Apae Brasil, 2011.

FENAPAES. **História Federação Nacional das Apaes.** Disponível em: <<http://apaebrazil.org.br/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

FENAPAES. **Inclusão social da pessoa com deficiência intelectual e múltipla:** autogestão, autodefesa e família. 2. ed. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011. Disponível em: <<http://apaebrazil.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

FENAPAES. **Manual de Identidade Visual da Rede APAE.** Projeto Sinergia. Brasília: Federação Nacional das APAES, 2010. v. 4. Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/pagina/download-da-marca>. Acessado em: 19 out. 2019.

GODÓI, Ana Maria de. Educação Infantil. **Saberes e Práticas da Inclusão:** dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla. 4. ed. Brasília: MEC, 2006.

GOÉS. Fernando Antônio de Barros. **Um encontro inesperado:** os pais e seu filho com deficiência mental. In: _____. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 26, n. 3, 450-461, set, 2006.

GLAT, Rosana. **Auto-defensoria/Auto-gestão:** movimento em prol da autonomia de pessoas com deficiência mental uma proposta político-educacional. Belo Horizonte: PUC-Minas / Federação das Apaes de Minas Gerais, 2004.

MOTA, Luciene Lourenço. **O processo diagnóstico multidimensional da deficiência intelectual realizado por uma equipe interdisciplinar.** 2. ed. Brasília – DF: FENAPAES, 2015. p. 37-51. n. 1.

MANNONI, Maud. **A criança retardada e sua mãe.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PESSOTTI, Isaías. **A deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: Queroz Editor, EDUSP, 1984.

PIMENTA, Ricardo Luiz Alves. **Necessidades da pessoa idosa com deficiência intelectual no contexto atual – reflexões sobre a clínica do envelhecer**: sobre necessidades, demandas, à escuta do desejo. Conferência apresentada no XXIV Congresso Nacional das APAES e V Fórum Nacional de Autogestão, Autodefesa e Família. 06 a 09 de novembro de 2011. Belém – Estado do Pará. Conferência proferida em 08 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.congressoapae.org.br/palestrantes.php>. Acesso em: 4/04/2020.

PLETSCH, Márcia Denise. **O envelhecimento das pessoas com deficiência mental: um novo desafio**. Palestra proferida no 10º Congresso Estadual das APAES de Minas Gerais e 3º Fórum de Autodefensores – Acessibilidade e inclusão: convivência universal. São Lourenço/MG, 2006. Disponível: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/defic_envelhec.pdf. Acesso em: 4/04/2020.

VERDUGO, Miguel Angel. **P.H.S – Programa de habilidades sociais: programas conductuales alternativos**. 3. ed. Salamanca Amarú Ediciones, 2006.